

# Teoria Crítica e Administração Escolar

Maria Isabel Nogueira Tuppy

## Resumo

*O artigo Teoria Crítica e Administração Escolar procura esclarecer os pressupostos da Teoria Crítica, enquanto método que se opõe ao positivismo e que define objetivos, não apenas de controle da realidade, mas de intervenção e transformação da sociedade, por meio do desvelar dos parâmetros ideológicos presentes no contexto social.*

*Tornando como ponto de partida a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, procura discutir a atividade da Administração Escolar como movimento capaz de provocar processos de entendimento e participação coletiva.*

O movimento conhecido como Teoria Crítica, que se inspirou em correntes variadas, passando pelas idéias do jovem Marx e de pensadores que se opõem radicalmente à ortodoxia marxista, é relativamente recente (surgiu em torno de 1930) e agrupa pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, este último, o mais eminente porta-voz da Escola de Frankfurt<sup>1</sup> na atualidade.

A proposta fundamental da Teoria Crítica é a análise da ciência social sob um paradigma que está muito distante daqueles do positivismo e dos métodos das ciências naturais. Não se propõe exclusivamente ao exame e análise do mundo social, de uma maneira distante e isenta, mas, ao contrário, pressupõe a intervenção, a ação consciente e intencionalmente conduzida no sentido de transformar a realidade. Para a Teoria Crítica não basta saber que há, por exemplo, exclusão social e, não basta, tampouco, compreender os mecanismos pelos quais essa exclusão se processa; a sua proposta passa, necessariamente, pela tentativa de "correção dos desvios sociais". Sua principal contribuição pode ser atribuída ao reconhecimento da importância da ideologia na definição das relações sociais. Adverte-nos, assim, que qualquer iniciativa transformadora deve ter, em sua base, a análise ideológica do contexto no qual se pretende agir.

Assim, os hábitos, as disposições, as instituições, os discursos que, em conjunto, constituem

a consciência coletiva de um grupo e que fornecem uma explicação racional e espontânea para a existência do mundo tal qual se apresenta, definem a ideologia do contexto social e devem servir de subsídios para nele intervir.

A função da ideologia, sob uma certa perspectiva, é útil, não só como suporte da estrutura social existente, mas, principalmente, como corpo de conhecimento que permite a qualquer indivíduo a compreensão do mundo e dos mecanismos para sua integração no interior de suas fronteiras. Porém, apesar deste seu aspecto positivo, a ideologia deve ser questionada, porque pode comprometer processos importantes de evolução social, ou seja, a estrutura social vigente, definida por todo aquele conjunto de hábitos, discursos, instituições etc., tende a favorecer certos grupos em detrimento de outros em função de condições historicamente dadas e, na medida em que hierarquiza ou prioriza interesses, torna injusto o mundo social. A ideologia ganha, aí, um caráter negativo, na medida em que oblitera a consciência coletiva, tornando-a ingênua (e, porque ingênua, traidora dos interesses da coletividade).

Para os teóricos da Escola de Frankfurt, a concepção de mundo humano e mundo social é um dos elementos mais importantes que possa conter uma teoria. Por exemplo, qualquer um pode crer que o mundo social, sob todos os aspectos, é também real, objetivo e imutável como o mundo físico; esta é a manifestação de uma consciência ingênua que se acomoda passivamente frente às imperfeições deste

<sup>1</sup> Para uma introdução à história da Escola de Frankfurt, indicamos A Teoria Crítica: ontem e hoje, de autoria de Bárbara Freitag.

mundo social. A crença de que os interesses de certos grupos de pessoas, sobretudo daqueles que assumem o poder dentro da sociedade, coincidem, necessariamente, com os interesses da maioria, representa uma ingenuidade e contribui, de forma significativa, para o suporte, justificativa e legitimação das instituições e das práticas sociais em andamento e, em certa medida, apresenta-se como obstáculo principal a qualquer transformação das estruturas futuras da sociedade dentro de um projeto de renovação sobre bases mais justas e igualitárias.

Neste sentido, nas obras de Habermas podemos observar a integração de idéias fundamentais da fenomenologia, da hermenêutica e da filosofia da linguagem. Dos fenomenólogos, o autor utiliza não só o método hermenêutico mas, também, a concepção de um mundo humano social e culturalmente criado e essencialmente distinto do mundo físico (que existia antes da aparição do ser humano). Este mundo humano é o locus no qual a consciência intersubjetiva dos homens se produz e se manifesta. É nele que os homens buscam, a partir de atividades criativas, a satisfação de suas necessidades e interesses próprios.

O mundo humano, socialmente dado, compreende, assim, a integração de um mundo que foi construído laboriosamente no curso dos anos (passado), de um mundo que está se constituindo pelas novas gerações (presente) e de uma estrutura de porvir (futuro) que, ao mesmo passo em que é construído é, também, marcado por uma ideologia dominante que tende a retardar transformações. Sob tal perspectiva, a renovação social não se dá de forma ordenada, consciente e democrática ou como algo inevitável ou linear, mas se produz de forma violenta, rompendo com os determinantes da ideologia hegemônica. A crítica ao status quo é, portanto, uma dimensão especial de conhecimento e interpretação do mundo e uma arma importante para qualquer projeto emancipador.

Essa dimensão de conhecimento distancia-se, do ponto de vista epistemológico, do conhecimento positivista das ciências naturais. O positivismo não reconhece uma especificidade particular do mundo humano e social; não assume uma posição crítica acerca do conhecimento que desenvolve; não se rende ao fato de que o ponto de partida de sua investigação é ideológico e contribui para reforçar a estrutura vigente. Ao contrário da postura positivista, a teoria

crítica objetiva, precisamente, desenvolver a crítica ao paradigma dominante que, por razões históricas, se aliou à própria ideologia dominante.

Entre as várias obras da Escola de Frankfurt, destacamos duas de Habermas: *Conhecimento e Interesse Humano e Consciência Moral e Agir Comunicativo*, considerando que podemos, a partir delas, explicitar a profícua relação que possa existir entre teoria crítica e administração escolar, cujo assunto estamos interessados, neste momento, em explorar.

Segundo Habermas, o desenvolvimento das diversas formas de conhecimento científico encontram sua explicação nos "interesses" da natureza humana. As razões e os interesses humanos são origem de desenvolvimento de três tipos de conhecimento: a ciência empírico-analítica (ou positivismo), a ciência hermenêutica e a ciência crítica.

A ciência empírico-analítica desenvolveu-se historicamente em resposta aos interesses humanos voltados para a necessidade de controlar um meio ambiente hostil. O princípio diretor dessa tradição científica volta-se para a busca de capacidade de prever e controlar os acontecimentos do mundo natural. O conhecimento apresenta-se, assim, como uma conquista da natureza pelo homem. Todo conhecimento nascido desta tradição exibe uma propensão ao "controle técnico" das coisas, dos acontecimentos e, mesmo das pessoas, dependendo da utilização que dele se faça. A aplicação dessa forma de ciência ao domínio humano e social oferece um viés para o controle técnico da realidade. Por esta razão, a utilização da ciência positivista no domínio do social e do humano introduz uma problemática, questionada pela própria teoria crítica, considerando que os interesses desse enfoque científico não se voltam para a promoção ou emancipação social, ao contrário, buscam ampliar o controle e aumentar sua rede de dominação.

A ciência hermenêutica, por sua vez, nasce de uma necessidade profundamente humana de compreender e ampliar as possibilidades de comunicação e de entendimento entre os homens. O conhecimento hermenêutico, dessa forma, possui um interesse essencialmente prático que consiste em compreender como os homens se relacionam e como funcionam as tradições comuns no meio social. A

ciência hermenêutica interessa-se, particularmente, pela linguagem humana, sob todas as formas em que se apresenta no fenômeno da intersubjetividade.

Do ponto de vista da teoria crítica, a ciência hermenêutica estabelece os fundamentos preliminares a toda ciência humana, na medida em que fornece um rol de convenções e regras que regulamentam o mundo social e que guiam os homens (atores) em suas ações cotidianas. Sob essa perspectiva, a hermenêutica permite compreender o mundo dentro de suas amarras ideológicas, mas ela se configura incapaz de perceber adequadamente tanto as forças sociais existentes em toda a sociedade, quanto aquelas que emergem no sentido de alcançar maior justiça social. Essa é a razão pela qual a teoria crítica torna-se mais abrangente, considerando que não reconhece apenas a dimensão subjetiva do mundo social, mas também seu aspecto estrutural e objetivo. A priori, é dessa estrutura e objetividade que emergem as características opressivas do mundo social e, neste sentido, a sua análise constitui-se em interesse da teoria crítica, considerando a luta que ela empreende para extingui-los.

Portanto, este terceiro modo de conhecimento, a ciência crítica, responde a uma razão profundamente humana que se volta à emancipação ou à libertação do ser humano, passando pela supressão das estruturas de dominação. O mundo social, tal como se apresenta hoje, referenda imperfeições de sua estrutura e engendra comportamentos humanos repressivos sob a cobertura de uma ideologia dominante extremamente mítica. O objetivo da ciência crítica volta-se para o desvelar, tanto da gênese do comportamento humano, quanto dos vícios da estrutura social, aspectos esses que impedem a construção de uma sociedade mais justa para todos. Esta forma de conhecimento, enquanto crítica e capaz de detonar processos de reflexão, atende aos interesses de emancipação e libertação dos indivíduos, em detrimento daqueles aspectos ocultos e míticos da ideologia dominante,

Habermas, a partir desse enfoque, interessa-se em analisar a comunicação humana como forma de emancipação social. Acredita ele que a linguagem cotidiana compreende a racionalidade e a intenção de ser compreendido. A busca do entendimento seria, assim, intuito característico do mundo social humano e o indivíduo, para atingir tal objetivo, utiliza-se do seu instrumental comunicativo – a linguagem –, que

comporta pretensões de validade e as seguintes dimensões:

1. "Veracidade da afirmação. Esta pretensão refere-se a um mundo objetivo entendido como a totalidade dos fatos cuja existência pode ser verificada;
2. *Correção normativa. Esta pretensão refere-se a um mundo social dos autores, entendido como a totalidade das relações interpessoais que são legitimamente reguladas;*
3. *Autenticidade e sinceridade. Esta pretensão refere-se a totalidade das experiências do locutor às quais, em cada situação, apenas ele tem acesso privilegiado.*"<sup>2</sup>

Habermas chama esta pretensão de validade de "razão comunicativa". Ela pressupõe uma distinção entre os mundos objetivo, social e subjetivo que, segundo ele, diferencia o pensamento moderno do pensamento mítico na medida em que as interpretações do mundo objetivo variam de acordo com a realidade social e natural, da mesma forma que as crenças e os valores variam em função do mundo objetivo e social.

Sob este enfoque, a relação sujeito-objeto transmuta-se num procedimento intersubjetivo que se distancia da visão egocêntrica de mundo, em favor do entendimento e, a partir desse momento, a relação adquire o caráter de uma ação orientada para o sucesso da comunicação, do entendimento. Atingi-lo implica, por sua vez, a definição do contexto em que as interrelações se dão – o entendimento dos interlocutores depende do conhecimento acumulado, de um consenso cultural anterior, a que Habermas chama de mundo da vida, compreendido como o pano de fundo que propicia o entendimento e que não está sujeito à problematização: é um saber implícito, não questionável.

Para Habermas, o mundo da vida subdivide-se em três dimensões:

1. cultural: que representa o arsenal de conhecimento que supre os interlocutores de interpretações;
2. social: que refere-se ao conjunto de ordens legitimadas que regulam as relações sociais; e,

<sup>2</sup> Pinto, J. M. R., *Administração e Liberdade: um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunitária de Jürgen Habermas*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 64.

3. pessoal: que compreende o conjunto de capacidades que permite ao indivíduo estabelecer a comunicação e compor sua própria personalidade.

A ação comunicativa e o mundo da vida, neste sentido, estão intimamente relacionados, considerando que o entendimento mútuo (que se estabelece a partir da ação comunicativa) transmite e renova o saber cultural (aquele pano de fundo que propicia o entendimento).

Habermas<sup>3</sup> compreende, assim, que a evolução social se dá justamente pela prática cotidiana e pelo peso cada vez maior dos atos comunicativos que, em busca do entendimento, deixam para trás certas tradições normativas e místicas que, antes, impediam a diferenciação dos elementos do mundo da vida. Assim, as convicções que se baseavam no sagrado passam a retirar sua autoridade do mundano através das relações de comunicação.

A evolução social exige, sob essa perspectiva, em primeiro lugar, a diferenciação dos componentes estruturais do mundo da vida (cultura, sociedade e pessoa) e, em segundo lugar, uma mudança em cada um desses componentes (de forma paralela e complementar), a partir da qual:

- saber especializado (pretensão de validade e razão) substitui o saber sagrado;
- legalidade e moralidade, antes compreendidas numa mesma dimensão, separam-se adquirindo características próprias e universais;
- as necessidades de autonomia e auto-realização ampliam o individualismo.

Habermas considera, ainda, que a evolução social dá-se em função da integração social e sistêmica<sup>4</sup> que emerge tanto do consenso alcançado através das normas ou da comunicação (interação social), como da regulação não-normativa das decisões individuais (integração sistêmica). Trata-se de um sistema, no qual, cada ação tem um significado funcional para sua própria manutenção. A sociedade aparece, desta forma, como mundo da vida e como sistema, simultaneamente, sendo que o primeiro é estruturado simbolicamente

(cultura, sociedade, indivíduo) e o segundo define a direção que deverá tomar a sociedade.

Enquanto o mundo da vida e o sistema caminham de forma paralela o potencial de entendimento fica preservado, ao passo que quando o sistema ganha autonomia e distancia-se do mundo da vida surgem domínios de ação, formalmente organizados, que reduzem a capacidade de entendimento (meios deslinguisticados – dinheiro e poder).

*“Temos então o seguinte quadro: com o desengate entre o sistema e o mundo da vida que marca a sociedade moderna o sistema social rompe o horizonte do mundo da vida e distancia-se do saber intuitivo da prática comunicativa cotidiana. Com a crescente complexidade do sistema social, o mundo da vida é cada vez mais deixado na periferia e perde seu papel de integração social. De outro lado, a libertação da ação comunicativa da orientação de valores particulares leva à separação da ação orientada para o entendimento mútuo daquela orientada para o sucesso, o que abre espaço para que a coordenação de ações se dê através de meios de comunicação deslinguisticados (dinheiro e poder). A substituição da coordenação da ação que era feita inicialmente por meios linguísticos, pelos meios dinheiro e poder traz como consequência o desatrelamento da interação social dos contextos do mundo da vida, o que faz com que este já não seja mais necessário para coordenar a ação”<sup>5</sup>.*

Dessa forma é inevitável a emergência de subsistemas que se voltam contra o mundo da vida, através do que Habermas chama de “colonização do mundo da vida”, responsável por grande parte das patologias que atingem as sociedades capitalistas contemporâneas.

Nessas sociedades, os processos de monetarização da força de trabalho e de burocratização da ação governamental, que, embora não tenham se consolidado sem resistência, ganharam ampla aceitação, principalmente pela facilidade com que esses processos reproduzem materialmente o mundo

<sup>3</sup> Habermas usa como ponto de partida o conceito de evolução social de G. H. Mead, embora critique sua tendência em fixar-se nos aspectos formais do desenvolvimento, ignorando as restrições externas nas formas de integração social.

<sup>4</sup> Aqui, o conceito de integração social, Habermas o empresta de Durkheim.

<sup>5</sup> Pinto, J. M. R., op. cit. p. 82.

da vida. Além disso, das relações aí estabelecidas surgem quatro papéis básicos:

1. empregado e 2. cliente – cuja natureza define-se pelo mercado e pela burocracia e,

3. consumidor e 4. cidadão – cuja natureza define-se por relações contratuais e por direitos civis.

A colonização do mundo da vida ocorre, assim, quando as práticas cotidianas regulam-se pela monetarização e burocratização em detrimento dos elementos prático-morais e prático-estéticos. A prática comunicativa adquire um caráter utilitário que se liberta das pressões da racionalidade e do entendimento, no nível privado. Por outro lado, o sistema administrativo, por meio da burocracia, conduz à manipulação das massas e desatrela tomadas de decisão política da vontade coletiva, no âmbito público.

A busca de entendimento, que a razão comunicativa representa, fica, dessa maneira, ameaçada pela reificação sistematicamente induzida e por um empobrecimento cultural que define a fragmentação da consciência do cotidiano (alienação) e que interfere, portanto, no potencial de evolução (transformação social).

Para Habermas, a superação deste viés que promove a alienação passa necessariamente por um projeto de Estado Social, no qual o trabalho deixa de ser o eixo de referência para dar lugar à integração entre os espaços públicos autônomos e os setores comerciais orientados pelo dinheiro e pelo poder administrativo. Crê, ele, que tal integração possa engendrar processos de reflexão, por meio dos quais a livre discussão dos temas e propostas de solução seja garantida. É este o sentido que pretende dar ao “agir comunicativo”, enquanto instância de formação absolutamente democrática de opiniões e vontades.

Sobre essa base teórica, Habermas propõe um modelo de organização que se estabelece e tem como referência a ação comunicativa que pretende, em resumo:

· libertar o mundo da vida da colonização a que foi submetido por processos deslinguisticados (poder e dinheiro), através da resistência aos imperativos instrumentais, sejam eles financeiros ou burocráticos, da discussão aberta e democrática dos temas públicos, visando sua moralização e o conteúdo de suas normas (enxugamento progressivo da tessitura

legal) e da desburocratização da legislação para garantir o desenvolvimento de personalidades autônomas;

· submeter a controle externo (grupos da comunidade participante – coletividade em detrimento da representação) os sistemas econômicos e administrativos, legitimados pelo consenso do grupo;

· valorizar os processos de deliberação coletiva que estimulem o entendimento em lugar da conquista do poder.

No tocante à Administração Escolar, fica, então, clara a proposta de desburocratização e de desregulamentação como primeiro passo para a introdução de mecanismos que propiciem a participação de todos os indivíduos envolvidos com a vida da escola na tomada de decisões. E mais, que essa participação seja norteada por processos discursivos (ação comunicativa), cuja meta seja a busca de entendimento.

Compreendendo a escola como um espaço de aprendizagem e como uma instituição de objetivo abertamente social, seria este um contexto propício para superar os processos “colonizadores” do mundo da vida, considerando a viabilidade de estar aberta ao controle externo, de maneira a romper com os vícios daquelas instituições fechadas que transfiguram os objetivos da comunidade em mecanismos de alcance de poder individual, burocrático e ideológico. Assim, um dos principais objetivos, no sentido de dar nova referência à ação administrativa, seria o de mobilizar a comunidade escolar para que as deliberações tenham como fundamento a vontade coletiva consciente e engajada nas decisões que lhes dizem respeito, responsabilidade à qual deve ser chamada

A Teoria Crítica permite, deste modo, desmistificar a idéia de fato-valor, considerando o pressuposto de que o papel da Administração não é o de tomar a decisão certa ou boa, mas de buscar os objetivos da totalidade dos indivíduos envolvidos num determinado processo social, adequando os meios para o alcance do bem comum.

Portanto, a participação da comunidade escolar é aspecto essencial daquela transformação da instituição educacional que aspira ao consenso e não simplesmente ao atendimento às regulamentações propostas pelos esquemas burocráticos.

Neste sentido, a Teoria Crítica coloca em xeque o sistema de organizações racionalizadas, que desloca a responsabilidade dos indivíduos. Esta responsabilidade estaria, desta forma, voltada ao atendimento das metas organizacionais em detrimento ao bem comum, ocasionando, inclusive, uma perda de habilidade do indivíduo para resguardar seus próprios interesses.

Aos administradores, dentro de um contexto que se pretende democrático, cabe a tarefa de propiciar a participação de todos os cidadãos envolvidos, para que possam praticar o seu direito e o seu dever de policiar o poder, de forma a impedir que se transforme em mecanismo de perpetuação dos erros e barreira à evolução social.

É importante salientarmos, ainda, que para a ação comunicativa conquistar seu objetivo (consenso), ela enseja uma condição de liberdade e igualdade, na qual todos os interlocutores tenham chances equivalentes de comunicação, assumindo papéis dialógicos intercambiáveis.

Mas, apesar de todos os cuidados que se possa ter na distribuição igualitária da capacidade comunicativa, não existe certeza de um resultado consensual, pois nos procedimentos de negociação levados a efeito pela ação comunicativa existem:

1. poder diferenciado, considerando uma hierarquia já estabelecida na sociedade;
2. diferentes potenciais comunicativos, em função da experiência de cada interlocutor e,
3. ideologias e vícios da própria linguagem utilizada.

A principal contribuição da Teoria Crítica à Administração Escolar, especificamente, é a orientação que dá no sentido de preparar os indivíduos para a crítica e para a participação numa sociedade democrática, na qual as ações individuais devem ser somadas como meio de alcançar transformações sociais pretendidas. A partir do consenso, talvez seja possível resgatar o sentido humanitário das relações, perdido na diminuição das ações comunicativas.

#### BIBLIOGRAFIA

DEBLOIS, C.. *L'Administration scolaire et le défi paradigmatique*, Sainte-Foy, Quebec, Université Laval, 1988.

EVERS, C. e LAKONSKI, G. *Knowing Educational Administration*, London, Pergamon Books, 1991.

FOSTER, W. *Paradigm and Promises*. Buffalo, New York, Prometheus Books, 1986.

HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, trad. Guido de Almeida, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.

LAKONSKI, G. *Critical Theory and educational administration in The Journal of Educational Administration*, Winter, 1987.

PINTO, J. M. R. *Administração e Liberdade: um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria de ação comunicativa de Jürgen Habermas*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

---

Maria Isabel Nogueira Tuppy

Professora Assistente do Departamento de Educação  
UNESP - Rio Claro

---